

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

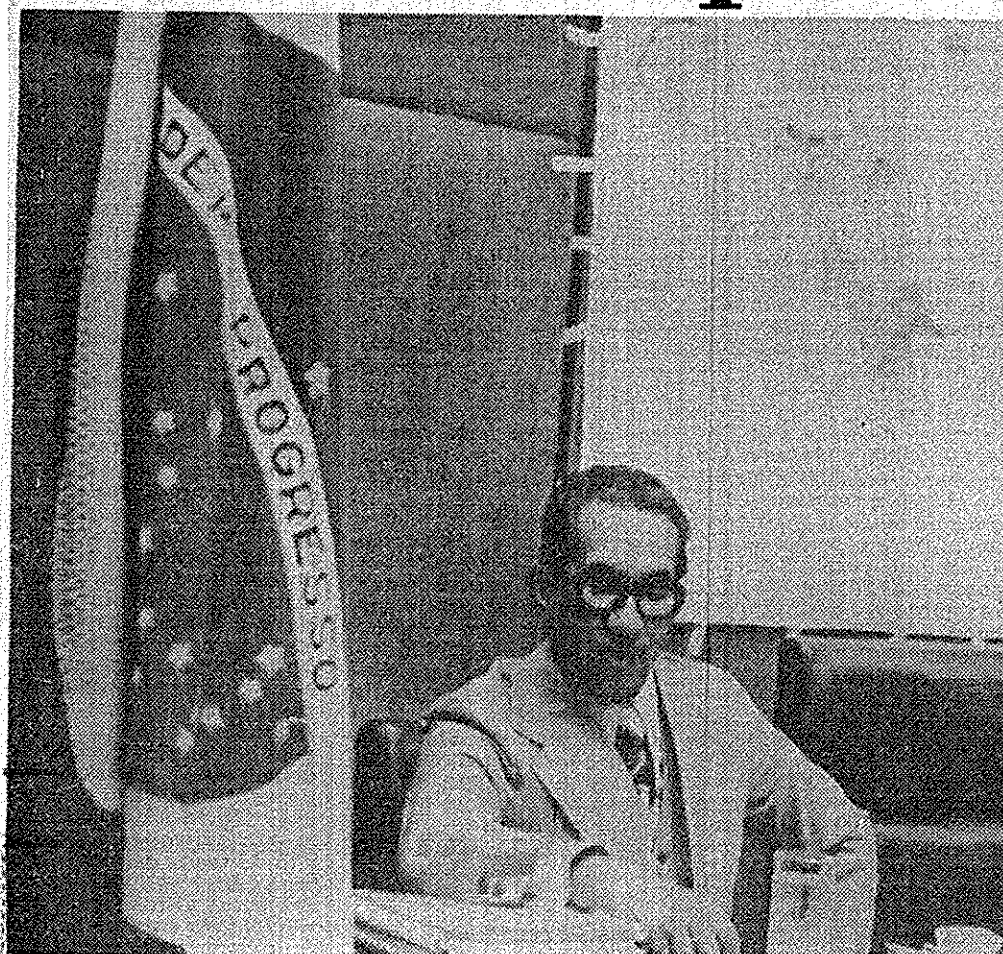
Fonte ESP

Class.: 2067

Data 10/11/71

Pg.:

Ismarth depõe e critica religiosos



Telefoto da sucursal de Brasília

Ismarth: "Por que não se propõe que a Igreja substitua a Funai?"

Da sucursal de BRASILIA

O presidente da Funai, general Ismarth de Araújo, afirmou ontem, ao depor na CPI do Índio, que não só as atividades da Funai devem ser investigadas, mas a de todos os órgãos que trabalham com o índio, "especialmente as missões religiosas que cometem muitas irregularidades".

Ismarth respondeu às acusações do padre Antonio Isasi, do Conselho Indigenista Missionário, repelindo a afirmação feita pelo missionário da CPI de que a Funai poderia ser comparada ao Esquadrão da Morte. Essa afirmação, disse, só serviu para denegrir a imagem, no País e no exterior, do governo brasileiro, do qual a Funai é integrante.

"Se o objetivo da CPI é apurar a espolição do índio, seria justo que se apurassem irregularidades cometidas pelas missões", disse. "Fala-se no absurdo do arrendamento das terras dos índios de Bodoquena, no Mato Grosso, mas problema semelhante ocorre em área de missão religiosa, onde o gado utiliza pastagens na área do índio, fora das terras de propriedade da missão, sem indenização aos grupos indígenas."

"Se queremos ainda — continuou — dentro do tema de exploração do índio, apurar onde ela existe, por que não verificar o preço que determinadas missões pagam ao índio pelo seu artesanato e o preço pelo que esse produto é vendido aos civilizados? Por que não apurar por quanto é comprada pela missão a produção do índio e por quanto é vendido ao mesmo as utilidades de que ele necessita? Por que encarar só a Funai?"

RESPONSABILIDADE

Sobre a denúncia de que o órgão transferiu os índios kretnha carore das imediações do rodovia Cuiabá-Santarém para o Parque Nacional do Xingu, sem

obedecer o Estatuto do Índio, que exige um decreto presidencial para transferi-los, o general assumiu a responsabilidade pela medida.

"Como muitos índios estavam morrendo, em decorrência do contato indiscriminado na estrada", afirmou — "a presidência da Funai decidiu transferi-los para o Xingu. Realmente, houve infringência da lei, mas se tratava de salvar vidas humanas, com urgência. Assumo esta responsabilidade com orgulho, pois qualquer demora burocrática seria fatal".

Ao falar das certidões negativas da presença de índios, emitidas pela Funai para as empresas que estão se instalando na Amazônia, o general explicou como é feito o processo, afirmando que o mecanismo adotado não prejudica qualquer comunidade indígena. Admitiu, no entanto, que algumas certidões podem não corresponder à realidade.

"A base de apreensão é o mapa cadastral com a plotação da área, fornecida pelo interessado. Se essa plotação for errada, a certidão será fornecida mas, mais cedo ou mais tarde, esse erro será descoberto e a Funai procederá à anulação da certidão fornecida." Estas certidões, que muitas vezes não acusam a presença de índios em certas áreas, na realidade habitadas por grupos tribais, têm sido motivo de constantes denúncias na CPI, causando, inclusive, a convocação do ex-ministro Costa Cavalcanti.

O presidente da Funai acha que qualquer pessoa, "sem radicalismo ou partidismo", pode perceber que o governo está interessado pelo problema do índio, citando, como prova disso, a diminuição das críticas à política indigenista no País e no Exterior. O interesse do presidente Gelsel pelo índio, segundo disse, refletiu-se em sua visita ao posto indígena de Taunay, no Mato Grosso: Rebateu a acusação de

que enormes gastos foram feitos durante essa visita assinalando que a Funai gastou apenas o suficiente para um almoço no posto.

PROTESTOS

Ismarth protestou ainda pelas acusações levantadas contra a FAB e o Exército pelo padre Antonio Isasi, mas admitiu que alguns erros foram cometidos. Afirmou que a acusação de que um integrante da FAB atirou inadvertidamente em um índio no Xingu, quando caçava, era verdadeira, mas que houve providências imediatas da FAB e da Funai. "O erro do padre — afirmou — constituiu-se na generalização, pois ele procurou denegrir as Forças Armadas com a afirmativa de que por onde passa o soldado, passa a fertilidade."

Ele discordou, também, do deputado Dias Menezes, que afirmou que se o índio estivesse afastado de "malignos contatos, especialmente da Funai e do governo, estaria em melhor situação".

"Respeito a opinião do deputado" — disse. "Mas, se não for o governo, se não for a Funai, quem terá a responsabilidade por todos os índios do Brasil? Poderiam ser os governos estaduais, mas já tivemos um exemplo no Sul do País, no passado, onde o índio foi espoliado em suas terras. Ou então essa responsabilidade poderia passar para a Igreja, extinguindo-se a Funai. Aí a Igreja faria certo o que costuma criticar na Funai. Essa poderia ser uma solução a ser proposta nessa CPI."

Ismarth de Araújo fez ainda considerações sobre o depoimento prestado na CPI pelo general Frederico Rondon, que sugeriu a reativação da Guarda Rural Indígena, constituída por índios. "Discordo da opinião do general — afirmou — pois a guarda foi extinta pela presidência da Funai, que a considerou completamente negativa."